



**BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA**

**RELATÓRIO**  
**DE**  
**AUDITORIA FINANCEIRA**

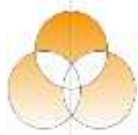
# INDICE

1. Relatório do auditor independente

2. Anexos

2.1. Demonstrações financeiras auditadas

**RELATÓRIO**  
**DO**  
**AUDITOR INDEPENDENTE**



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Exmos. Acionista e Conselho de Administração da  
Bolsa de Valores de Cabo Verde, SA

### **Opinião**

1. Auditámos as demonstrações financeiras da Bolsa de Valores de Cabo Verde, SA ("BVC" ou "Sociedade"), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016, e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e o anexo, contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da BVC em 31 de Dezembro de 2016, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde.

### **Bases para a Opinião**

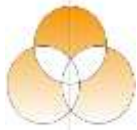
3. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas no parágrafo "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo, neste relatório. Somos independentes da Sociedade, de acordo com as regras de Ética que são relevantes para nossa auditoria das demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com essas regras. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### **Outras Matérias**

4. As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2015, apresentadas para efeitos comparativos, não foram auditadas.

### **Responsabilidades pelas Demonstrações Financeiras**

5. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.



## **AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.**

**Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados**

---

6. Na preparação das demonstrações financeiras o Conselho de Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade das operações e à utilização do pressuposto contabilístico da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tenciona liquidar a Sociedade ou cessar as operações ou não tem alternativa realista senão fazê-lo.

7. O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

### **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

8. Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

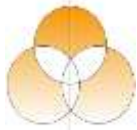
9. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

9.1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

9.2. Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.

9.3. Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

9.4. Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se



## AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

---

concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas operações.

9.5. Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

10. Informamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Praia, 13 de Julho de 2017

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por

Dr. João Marcos Alves Mendes

Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

## **ANEXOS**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS**



BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA  
252481976

Sede: Achada Santo António

**BALANÇO**

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E

1 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de escudos - Mesc)

RUBRICAS	Data de referência		
	31-12-2016		31-12-2015
	NOTA	VALORES	VALORES
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	<b>03</b>		
Terrenos e recursos naturais		5 125	-
Edifícios e outras construções		24 095	28 761
Equipamento de transporte		3 209	1 999
Equipamento administrativo		1 790	2 017
Outros activos fixos tangíveis		26	231
Propriedades de investimento			
Terrenos e recursos naturais		21 671	-
Activos intangíveis			
Programas de computador		11 469	22 948
total do activo não corrente		<b>67 385</b>	<b>55 956</b>
<b>Activo corrente</b>			
Clientes	<b>04</b>	41 832	46 141
Estado e outros entes publicos	<b>10</b>	709	5 852
Outras contas a-receber	<b>05</b>	291	171
Diferimentos	<b>17</b>	708	228
Caixa e depositos bancarios	<b>06</b>	28 937	16 573
Total do activo-corrente		<b>72 477</b>	<b>68 965</b>
<b>Total do activo</b>		<b>139 862</b>	<b>124 921</b>
<b>CAPITAL PROPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital proprio</b>	<b>07</b>		
Capital realizado		50 000	50 000
Reservas legais		1 982	720
Outras reservas		6 477	6 477
Reservas para investimentos		17 667	-
Resultados transitados		3 055	3 055
Resultado liquido do periodo		25 453	25 238
<b>Total do capital proprio</b>		<b>104 634</b>	<b>85 490</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	<b>08</b>	3 387	2 865
Estado e outros entes publicos	<b>10</b>	12 107	14 169
Accionistas/socios	<b>11</b>	6 310	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras contas a pagar	<b>09</b>	3 066	1 683
Diferimentos	<b>17</b>	10 358	20 714
Total do passivo corrente		<b>35 228</b>	<b>39 431</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>35 228</b>	<b>39 431</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>139 862</b>	<b>124 921</b>

O Contabilista Certificado

A Administração

/Exaconta, Lda/

/Manuel Lima/

/Elias Monteiro/

BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA

NIF: 252481976

Sede: Achada Santo António

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E

1 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de escudos - Mesc)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODO		
	NOTA	2016	2015
		VALORES	VALORES
Vendas e Prestações de serviços	12	90 564	88 995
<b>Resultado operacional bruto</b>		90 564	88 995
Fornecimentos e serviços externos	13	( 27 294)	( 26 923)
<b>Valor acrescentado bruto</b>		63 270	62 072
Gastos com o pessoal	14	( 25 684)	( 24 437)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	04	( 918)	3 772
Outros rendimentos e ganhos	04	19 326	12 218
Outros gastos e perdas	15	( 8 355)	( 3 042)
<b>Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos</b>		<b>47 639</b>	<b>50 583</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	03	( 16 013)	( 19 188)
<b>Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)</b>		<b>31 626</b>	<b>31 395</b>
Juros e ganhos similares Obtidos		551	321
<b>Resultado antes de Imposto</b>		32 177	31 716
Imposto sobre o rendimento do período	16	( 6 724)	( 6 478)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>25 453</b>	<b>25 238</b>

O Contabilista Certificado

A Administração

/Exaconta, Lda/

/Manuel Lima/

/Elias Monteiro/

BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA  
NIF: 252481976  
Sede: Achada Santo António  
**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E  
1 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital próprio
		Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transfidos	Resultado líquido do período	
<b>POSICOES NO INICIO DO PERIODO 2013</b>		<b>50 000</b>		<b>36 651</b>	<b>( 22 526)</b>	<b>12 015</b>	<b>76 140</b>
<b>ALTERACOES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERIODO</b>							
<b>Resultado líquido do período</b>						26 410	26 410
Excedentes de revalorizacao de activos fixos tangveis e intangveis a respectivas variacoes				( 36 651)			( 36 651)
Ajustamentos por impostos diferidos							-
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	2			-	-	26 410	( 10 241)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERIODO</b>	3						
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	4						
Aplicação de resultados do ano anterior					12 015	( 12 015)	-
					12 015	( 12 015)	-
<b>POSICÕES NO FIM DO PERIODO 2013</b>		<b>50 000</b>	-	-	<b>( 10 511)</b>	<b>26 410</b>	<b>65 899</b>
<b>POSICOES NO INICIO DO PERIODO 2014</b>		<b>50 000</b>	-	-	<b>( 10 511)</b>	<b>26 410</b>	<b>65 899</b>
<b>ALTERACOES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERIODO</b>							
<b>Resultado líquido do período</b>						14 394	14 394
Primeira adopcao do novo referencial contabilistico							
Alteracoes nas polticas contabilfsticas e as correcoes do erros					( 13 633)		( 13 633)
Outras alteragoes reconhecidas no capital proprio							-
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	2			-	( 13 633)	14 394	761
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	4						
Aplicação de resultados do ano anterior					25 078	( 26 410)	( 1 332)
					25 078	( 26 410)	( 1 332)
<b>POSICÕES NO FIM DO PERIODO 2014</b>		<b>50 000</b>	-	-	<b>934</b>	<b>14 394</b>	<b>65 328</b>
<b>POSICOES NO INICIO DO PERIODO 2015</b>		<b>50 000</b>	-	-	<b>934</b>	<b>14 394</b>	<b>65 328</b>
<b>ALTERACOES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERIODO</b>							
<b>Resultado líquido do período</b>						25 238	25 238
Outras alteragoes reconhecidas no capital proprio							-
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	2			-	-	25 238	25 238
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	4						
Aplicação de resultados do ano anterior			720	6 477	2 122	( 14 395)	( 5 076)
			720	6 477	2 122	( 14 395)	( 5 076)
<b>POSICÕES NO FIM DO PERIODO 2015</b>		<b>50 000</b>	<b>720</b>	<b>6 477</b>	<b>3 056</b>	<b>25 237</b>	<b>85 490</b>
<b>POSICOES NO INICIO DO PERIODO 2016</b>		<b>50 000</b>	<b>720</b>	<b>6 477</b>	<b>3 056</b>	<b>25 237</b>	<b>85 490</b>
<b>ALTERACOES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERIODO</b>							
<b>Resultado líquido do período</b>						25 453	25 453
Outras alteragoes reconhecidas no capital proprio							-
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	2			-	-	25 453	25 453
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	4						
Aplicação de resultados do ano anterior			1 262	17 667	-	( 25 237)	( 6 308)
			1 262	17 667	-	( 25 237)	( 6 308)
<b>POSICÕES NO FIM DO PERIODO 2016</b>		<b>50 000</b>	<b>1 982</b>	<b>24 144</b>	<b>3 056</b>	<b>25 453</b>	<b>104 634</b>

O Contabilista Certificado

A Administração

/Exaconta, Lda/

/Manuel Lima/

/Elias Monteiro/

BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA

NIF: 252481976

Sede: Achada Santo António

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E

1 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de escudos - Mesc)

RUBRICAS	PERÍODO		
	2016		2015
	NOTA	VALORES	VALORES
<b>Metodo Directo</b>			
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		74 838	85 288
Pagamentos a fornecedores		( 23 994)	( 29 343)
Pagamentos ao pessoal		( 23 252)	( 23 027)
Caixa gerada pelas operações		27 592	32 918
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		( 7 019)	( 20 826)
Outros recebimentos/pagamentos		( 5 094)	( 1 229)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		15 479	10 863
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a</b>			
Activos fixos tangíveis		( 3 397)	( 1 271)
Activos intangíveis		-	-
Outros activos		-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		-	320
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		( 3 397)	( 951)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		-	-
Outras operações de financiamento		282	321
<b>Pagamentos respeitantes a</b>			
Dividendos		-	( 7 197)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		282	( 6 876)
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>12 364</b>	<b>3 036</b>
<b>Efeito das direções de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo</b>		<b>16 573</b>	<b>13 537</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do periodo</b>		<b>28 937</b>	<b>16 573</b>

**O Contabilista Certificado**

**A Administração**

/Exaconta, Lda/

/Manuel Lima/

/Elias Monteiro/

**BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA**  
**NIF Nº 252481976**  
**Sede: Achada Santo António**

**ANEXO**  
**PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01/01/2016 E 31/12/2016**  
(Valores expressos em milhares de Escudos – Mesc)

A Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC) é uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 50.000.000,00 constituído por 50.000 Ações nominativos de 1.000,00 cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado, cujo principal objeto é a realização de operações sobre valores mobiliários. Tem o Número de Identificação Fiscal (NIF) 252481976 e está registada na Conservatória dos registos Comercial e Predial de Praia sob nº 2002/2006/03/21.

À luz dos seus Estatutos, constantes do Decreto-Lei nº 38/2014, a BVC, SA tem por objeto social gerir o mercado de bolsa e dos sistemas de negociação de valores mobiliários, gerir sistema centralizado de registo de valores mobiliário, gerir sistemas de liquidação de valores mobiliários e atuar como agência nacional de codificação, gerir sistema centralizado de registo de valores escriturais etc., podendo dedicar-se a também a outras atividades afins, conexas ou complementares relacionada com o seu Objeto Social.

A empresa pode, ainda, criar e manter departamentos, de carácter científico e técnicos, tornados necessários ou convenientes à melhor realização do objeto social.

#### **NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consta dos diplomas que se seguem:

- Decreto-Lei nº5/2008 de 04 de Fevereiro de 2008 – Aprova o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF);
- Portaria n.º 49/2008 de 29 de Dezembro de 2009 – Código de Contas do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro;
- Despachos normativos n.º 1/2008 a 26/2008, publicados no B.O. n.º 48 – 3º Sup. de 29 de Dezembro de 2008 – Estrutura Conceptual do SNCRF (DN1), Apresentação das Demonstrações Financeiras (DN2), Fluxos de Caixa (DN3), Políticas Contabilísticas (DN4) e Diretrizes Específicas (DN5 a DN26).
- Lei nº 82/VIII/2015 de 07 de Janeiro – Aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIR-PC);
- Portaria nº42/2015, 24 de Agosto - Regula as Depreciações e as Amortizações de Elementos do Ativo Sujeito a Deprecimento, retificada no BO nº 52 de 28 de Agosto de 2015.

#### **NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS, DERROGAÇÃO E COMPARABILIDADE**

Em 2015, com a aprovação do CIR-PC ficam claras as regras aplicáveis às Depreciações e as Amortizações de Elementos do Ativo (Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento) sujeitos a Deprecimento (Portaria nº42/2015, 24 de Agosto). As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

## 1.1 Activos fixos tangíveis e depreciações/ativos intangíveis e amortizações

### a) Activos Fixos Tangíveis e depreciações

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor de fatura do fornecedor, acrescido de gastos de compra e instalação, líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade, caso houver (ver Notas 1.2 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

As principais taxas utilizadas são as seguintes:

	2014 (a)	2015 (b)
Terrenos e recursos naturais	Vida útil ilimitada	Vida útil ilimitada
Edifícios e outras construções	4%	3%
Equipamento básico	16,66% - 20%	12,50%
Equipamento de transporte	12,5% - 20%	14,28%
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	4,5% - 25%	12,5% - 33,33%
Outros ativos tangíveis	10% - 25%	14,28%

(a): Portaria n.º3/84 de 28 de Janeiro de 1984 - Regulamenta taxas de reintegrações e amortizações

(b): Portaria n.º42/2015, 24 de Agosto - Regula as Depreciações e as Amortizações de Elementos do Ativo Sujeito a Depreciação, retificada no BO n.º 52 de 28 de Agosto de 2015.

### b) Activos intangíveis e amortizações

Os ativos intangíveis compreendem programas de computador e projetos de desenvolvimento do novo website e plataforma de leilões.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de atividade operacional, ao longo de três anos.

As taxas de amortização praticadas são de 33,33% para os programas de computador e 20% para os projetos de certificação.

### c) Investimentos em curso

São mensurados ao custo de aquisição e transferidos para o ativo fixo tangível ou ativo intangível logo que disponíveis para utilização na atividade da sociedade.

## 1.2 Imparidade de Activos

Caso existam, os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a depreciação, mas são objeto de testes de imparidade anuais.

Os ativos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os

gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente circunstâncias de eventual perda ou fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

### **1.3 Inventários e ajustamentos**

Anualmente os inventários são determinados com base em contagens físicas efetuadas com referência a 31 de Dezembro, confirmativas do constante do Sistema de Inventário Permanente das existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo e de produtos acabados e intermédios. São igualmente inventariados os produtos e trabalhos em curso.

Os critérios valorimétricos dos inventários, adotados consistentemente ao longo dos exercícios, são os seguintes:

- Mercadorias e matérias-primas e subsidiárias – valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido das despesas de compra. O imposto de consumo entra para o cálculo do preço das mercadorias importadas.
- Produtos acabados e intermédios - valorizados ao custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas e os custos diretos e indiretos de transformação.
- Os produtos e trabalhos em curso são valorizados considerando os custos fabris diretos e indiretos correspondentes à fase de fabrico em que se encontram.

O custeio dos consumos é determinado segundo o método do Custo Médio Ponderado.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Escudos, utilizando as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2013, publicadas pelo Banco de Cabo Verde.

O ajustamento de inventário é calculado com base em critérios técnico-comerciais (ver Nota 4).

### **1.4 Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade**

Os saldos de clientes e outros devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor atual ou, caso aplicável, pelo valor descontado, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Nota 8).

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

### **1.5 Capital Próprio**

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

Caso existam, as prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

### **1.6 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos**

Com a publicação da Lei nº82/VIII/2015, de 07 de Janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos do referido Decreto-Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%.

Os resultados fiscais são reportáveis por um período por reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. Os impostos diferidos são classificados como ativo ou passivo não corrente.

### **1.7 Provisão para riscos e encargos**

São constituídas provisões sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição razoavelmente estimável de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

### **1.8 Reconhecimento do rédito**

Os réditos decorrentes das vendas e das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador ou o serviço contratado é prestado.

A quantia do rédito é o valor nominal de caixa ou seus equivalentes recebidos ou a receber. Não são acordados diferimentos do pagamento nem condições especiais de financiamento, ocorrendo o recebimento em prazos em que se mostra adequado o reconhecimento pelo valor nominal de cada transação.

### **1.9 Gestão de riscos financeiros**

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa.

#### **(i) Risco cambial**

O risco cambial é muito reduzido, dado que existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, essencialmente, efetuadas as compras e vendas ao estrangeiro. As vendas são essencialmente realizadas em Cabo Verde.

#### **(ii) Risco da taxa de juro**

As taxas de juro são as correntes e não foi utilizado qualquer derivado, por se entender não existir risco relevante.

#### **(iii) Risco de crédito**

Sendo definidos limites e condições de crédito para os clientes, o risco de crédito é menor uma vez que boa parte das vendas para entidades públicas de Cabo Verde.

#### **(iv) Risco de liquidez**

Contudo, considerando os fluxos de caixa, não existe risco de liquidez previsto.

### **1.12 Créditos e débitos em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

As transações em moeda estrangeira foram efetuadas, essencialmente, em Euros, cuja paridade para Escudos é fixa (1 Euro equivale a 110\$265).



### **1.13 Especialização de exercícios**

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados, são registados no balanço nas rubricas de Outras contas a receber e Outras contas a pagar.

### **1.14 Responsabilidades assumidas para com o pessoal**

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

### **1.15 Estimativas e Julgamentos**

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente quanto aos eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer considerando o melhor conhecimento presente e a evolução prevista face às circunstâncias.

### **1.16 Derrogações**

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNCRF.

### **1.17 Comparabilidade**

As quantias incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do SNCRF. Os reconhecimentos foram consistentes.

## **NOTA 02 – FUXOS DE CAIXA**

### **Recebimentos de clientes:**

Os principais recebimentos da empresa advêm da venda de serviços de Custódia mensal de títulos, manutenção anual na cotação, inscrição anual de operadores de bolsa e operações sobre valores mobiliários, cobrados a um reduzido número de clientes com destaque para Bancos, Direção Geral do Tesouro, Electra, ENACOL, ASA, IFH, entre outros.

### **Outros recebimentos/pagamentos**

Inclui pagamentos e vários, dos quais se destacam os que foram efetuados a despachantes, Instituto Nacional de Previdência Social, Electra, Cabo Verde Telecom, RTC, A Semana, Finantech etc.

### **Caixa e seus equivalentes**

Para efeitos de demonstração dos fluxos de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em Mesc detalham como se segue:

	Caixa	Depósitos à ordem
Em 31-12-2015	46	16.527
Em 31-12-2016	23	28.914

A decomposição de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo em 31/12/2016 consta da nota 10 do presente anexo.

## NOTA 03 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

### 03.1 – Activos Fixos Tangíveis (incluindo AFT em curso)

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENT O DE TRANSPORT E	EQUIPAMEN TO ADMINISTR ATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
<b>POSIÇÃO A 31 DE Dezembro DE 2012</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	12 002	41 557	60	138 343
Depreciação acumulada	-	( 28 761)	-	( 6 232)	( 40 979)	( 33)	( 76 005)
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>36 604</b>	<b>19 359</b>	<b>5 770</b>	<b>578</b>	<b>27</b>	<b>62 338</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2013</b>							
Valor líquido inicial	-	36 604	19 359	5 770	578	27	62 338
Aquisições	-	-	-	-	4 431	746	5 177
Depreciação do exercício	-	( 2 615)	( 19 359)	( 1 374)	( 1 522)	( 193)	( 25 063)
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>33 989</b>	<b>-</b>	<b>4 396</b>	<b>3 487</b>	<b>580</b>	<b>42 452</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	12 002	45 988	806	143 520
Depreciação acumulada	-	( 31 376)	( 19 359)	( 7 606)	( 42 501)	( 226)	( 101 068)
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>33 989</b>	<b>-</b>	<b>4 396</b>	<b>3 487</b>	<b>580</b>	<b>42 452</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2014</b>							
Valor líquido inicial	-	33 989	-	4 396	3 487	580	42 452
Aquisições	-	-	-	-	168	47	215
Depreciação do exercício	-	( 2 615)	-	( 1 190)	( 1 559)	( 204)	( 5 568)
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>31 374</b>	<b>-</b>	<b>3 206</b>	<b>2 096</b>	<b>423</b>	<b>37 099</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	12 002	46 156	853	143 735
Depreciação acumulada	-	( 33 991)	( 19 359)	( 8 796)	( 44 060)	( 430)	( 106 636)
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>31 375</b>	<b>-</b>	<b>3 205</b>	<b>2 096</b>	<b>424</b>	<b>37 099</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2015</b>							
Valor líquido inicial	-	31 375	-	3 205	2 096	424	37 100
Aquisições	-	-	-	-	1 256	15	1 271
Abates-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	( 2 478)	-	-	( 2 478)
Abates-depreciação acumulada	-	-	-	2 478	-	-	2 478
Depreciação do exercício	-	( 2 615)	-	( 1 205)	( 1 335)	( 206)	( 5 361)
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>28 760</b>	<b>-</b>	<b>2 000</b>	<b>2 017</b>	<b>233</b>	<b>33 010</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	9 524	47 412	868	142 528
Depreciação acumulada	-	( 36 606)	( 19 359)	( 7 523)	( 45 395)	( 636)	( 109 519)
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>28 760</b>	<b>-</b>	<b>2 000</b>	<b>2 017</b>	<b>233</b>	<b>33 009</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2016</b>							
Valor líquido inicial	-	28 760	-	2 000	2 017	233	33 010
Aquisições	-	-	-	2 200	1 197	-	3 397
Transferências	5 125	( 5 125)	-	-	-	-	-
Abates-depreciação acumulada	-	2 871	-	-	( 497)	-	2 374
Depreciação do exercício	-	( 2 410)	-	( 991)	( 928)	( 206)	( 4 535)
<b>Valor líquido</b>	<b>5 125</b>	<b>24 096</b>	<b>-</b>	<b>3 209</b>	<b>1 789</b>	<b>27</b>	<b>34 246</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	5 125	60 240	19 359	11 724	48 609	868	145 925
Depreciação acumulada	-	( 36 145)	( 19 359)	( 8 515)	( 46 819)	( 842)	( 111 680)
<b>Valor escriturado</b>	<b>5 125</b>	<b>24 095</b>	<b>-</b>	<b>3 209</b>	<b>1 790</b>	<b>26</b>	<b>34 245</b>

### 03.2 – Activos Intangíveis (incluindo os A.I. em curso)

	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEI S	ACTIVOS INTANGÍVEI S EM CURSO	TOTAL GERAL
<b>POSIÇÃO A 31 DE Dezembro DE 2013</b>			
Valor de aquisição ou reavaliado	11 226	-	11 226
Depreciação acumulada	( 5 660)	-	( 5 660)
<b>Valor escriturado</b>	<b>5 566</b>	<b>-</b>	<b>5 566</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2014</b>			
Valor líquido inicial	5 566	-	5 566
Aquisições	268	5 948	6 216
Depreciação do exercício	( 2 636)	-	( 2 636)
<b>Valor líquido</b>	<b>3 198</b>	<b>5 948</b>	<b>9 146</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>			
Valor de aquisição ou reavaliado	11 494	5 948	17 442
Depreciação acumulada	( 8 296)	-	( 8 296)
<b>Valor escriturado</b>	<b>3 198</b>	<b>5 948</b>	<b>9 146</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2015</b>			
Valor líquido inicial	3 198	5 948	9 146
Aquisições	31 069	-	31 069
Investimentos em curso	-	-	-
Transferências	-	( 5 948)	( 5 948)
Abates-valor de aquisição ou reavaliado	2 508	-	2 508
Depreciação do exercício	( 13 827)	-	( 13 827)
<b>Valor líquido</b>	<b>22 948</b>	<b>-</b>	<b>22 948</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>			
Valor de aquisição ou reavaliado	45 071	-	45 071
Depreciação acumulada	( 22 123)	-	( 22 123)
<b>Valor escriturado</b>	<b>22 948</b>	<b>-</b>	<b>22 948</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2016</b>			
Valor líquido inicial	22 948	-	22 948
Depreciação do exercício	( 11 479)	-	( 11 479)
<b>Valor líquido</b>	<b>11 469</b>	<b>-</b>	<b>11 469</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>			
Valor de aquisição ou reavaliado	45 071	-	45 071
Depreciação acumulada	( 33 602)	-	( 33 602)
<b>Valor escriturado</b>	<b>11 469</b>	<b>-</b>	<b>11 469</b>

O valor de 33.577 contos corresponde a participação de DGT e AGMVM para desenvolvimento do sistema de liquidação alojado no site de Bolsa de Valores de Cabo Verde e numa plataforma de leilões no ano 2015.

#### NOTA 04 – CLIENTES

O saldo da rubrica clientes no montante de 41.832 contos corresponde a dívidas a receber respeitantes a diversas vendas a crédito. Decompunha-se como se segue:

	mESC	
	2016	2015
<b>Clientes conta corrente</b>		
Banco Comercial do Atlântico	-	-
Banco Caberdiano de Negocio	-	-
Enacol	9 630	9 455
Banco Interatlântico	-	-
Electra	-	4 697
Asa - Aeroporto e Segurança Aerea	-	-
Tecnicil Imobiliária	61	25 518
Sogei - Sociedade de Gestão Invest	10 647	7 647
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry	26 361	23 063
IFH - Imobiliária Findiária e Habitat	926	1 175
Direcção Geral do Tesouro	31 457	10 021
Outros	822	1 719
	<b>79 904</b>	<b>83 295</b>
<b>Menos:</b>		
<b>Perdas Por Imparidades</b>		
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry	23 512	23 063
Tecnicil Imobiliária	6	-
Enacol	6 069	6 069
IFH - Imobiliária Findiária e Habitat	375	375
Sogei - Sociedade de Gestão Invest	8 003	7 647
Técnico Industria	6	-
Adei	41	-
Banco de Cultura	44	-
Cermi	7	-
GMT - Global Money Transfer	9	-
	<b>38 072</b>	<b>37 154</b>
	<b>41 832</b>	<b>46 142</b>

Foram reconhecidas no exercício perdas por imparidade em clientes no montante de 919 contos atendendo que foram identificados fatores de risco de cobrança e apesar de ainda não existir um contencioso. O fator “Prudência” primou nesta decisão.

	mESC			
	2016	2015	2014	2013
<b>Perdas Por Imparidades</b>				
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry	450	6 600	16 463	13 013
Tecnicil Imobiliária	6	-	16 531	11 108
Enacol	-	-	6 069	5 544
IFH - Imobiliária Findiária e Habitat	-	-	375	-
Sogei - Sociedade de Gestão Invest	356	6 159	1 488	-
Banco de Cultura	44	-	-	-
Cermi	7	-	-	-
Global Money Transfer, Sa	9	-	-	-
Adei	41	-	-	-
Tecnicil Industria, Sa	6	-	-	-
	<b>919</b>	<b>12 759</b>	<b>40 926</b>	<b>29 665</b>

#### NOTA 05 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo desta rubrica no montante de 291 contos decompunha-se da seguinte forma:

	2016	2015
Adiantamentos ao pessoal	52	163
Outros	231	0
Caução de Agua de Cabo Verde	8	8

#### NOTA 06 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2016	2015
<b>Caixa</b>	23	46
<b>Depósitos à ordem</b>		
Banco Comercial do Atlântico 74211209	417	785
Banco Interatlântico	1 041	952
Banco Comercial do Atlântico 6856254	1 159	1 689
Caixa Económica de Cabo Verde	2 117	344
Banco Caboverdiano de Negócios	1 188	938
Banco de Cabo Verde	1 682	865
Banco Africano de Investimentos	655	736
Ecobank de Cabo Verde	613	25
BIA Cartão Visa	43	193
	<u>8 915</u>	<u>6 527</u>
<b>Depósitos à prazo</b>		
Caixa Económica de Cabo Verde	10 000	10 000
BAI	10 000	-
	<u>20 000</u>	<u>10 000</u>
	<b><u>28 937</u></b>	<b><u>16 573</u></b>

#### NOTA 07 – CAPITAL PRÓPRIO

O capital da sociedade, integralmente subscrito e realizado, 50 milhões de escudos. Por acumulação de reservas e resultados não distribuídos, os capitais atingiram em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os montantes de 104.634 contos e 85.490 contos, respetivamente.

#### NOTA 08 – FORNECEDORES

O saldo da Fornecedores, a 31 de Dezembro de 2016 decompunha-se como se mostra abaixo:

	mESC	
	2016	2015
<b>Fornecedores nacionais</b>		
TCV- Radio Televisão de Cabo verde	1 417	1 196
Electra	-	288
Outros, de valor individual reduzido	425	358
	<u>1 842</u>	<u>1 842</u>
<b>Fornecedores estrangeiros</b>		
Finantech	1 545	1 010
Compta	-	13
	<u>1 545</u>	<u>1 023</u>
	<u><b>3 387</b></u>	<u><b>2 865</b></u>

#### NOTA 09 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo da rubrica Outras contas a pagar, a 31 de Dezembro de 2016, decompunha-se como se mostra abaixo:

	mESC	
	2016	2015
Encargos com férias e subsídios de férias e respectivos encargos	2 689	1 386
Cretores por acréscimos de gastos	377	297
	<u>3 066</u>	<u>1 683</u>

#### NOTA 10 – ESTADO E OUTOS ENTES PÚBLICOS

##### Ativo Corrente

O valor que no Balanço consta do ativo corrente em Estado e outros entes públicos (709 contos) refere-se a crédito de Imposto único sobre rendimento obtido nos anos anteriores nos depósitos á prazo (261 contos) e dos pagamentos de IUR fracionados (448 contos).

Em 2017, foram liquidados como 2 prestações do IRPC fracionados referente ao exercício de 2016 no montante de 3.175 contos.

##### Passivo Corrente

O valor que no Balanço consta do Passivo Corrente em Estado e outros entes públicos (12.107 contos) refere-se a:

		<b>mESC</b>	
		<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Saldo devedor</b>			
Retenção de impostos sobre rendimentos	<b>(ii)</b>	709	5 851
		709	5 851
<b>Saldo credor</b>			
Retenção de impostos sobre rendimentos	<b>(ii)</b>	457	2 988
Contribuições para a Previdência Social	<b>(ii)</b>	559	618
Imposto sobre o rendimento à pagar	<b>(iii)</b>	-	3 775
Imposto sobre o rendimento - estimado	<b>(iii)</b>	11 091	6 478
Outros		-	310
		<b>12 107</b>	<b>14 169</b>

		<b>mESC</b>	
		<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		32 177	31 716
<b>A adicionar</b>			
Gastos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros (30%)		540	610
Perdas por imparidade não aceites		-	8 594
Perdas diversas não especificadas		-	-
Despesas de representação (50%)		140	2
Insuficiência de estimativa de imposto sobre o rendimento		592	-
Imposto único sobre património		59	59
Perdas imputáveis a exercícios anteriores		1 583	1 436
		2 913	10 701
<b>A deduzir</b>			
Dividendos recebidos		-	-
Donativos - Lei do Mecenato		77	161
Alienações		1 155	320
Ganhos dos exercícios anteriores		7 816	-
Perdas por imparidade aceites		-	16 531
		9 048	17 012
<b>Matéria Colectável</b>		26 043	25 405
Taxa aplicável		25,0%	25,5%
Encargo corrente do imposto sobre rendimento		6 511	6 478
<b>Tributação Autônoma</b>		213	-
Encargo do exercício com imposto sobre rendimentos		<b>6 724</b>	<b>6 478</b>

#### NOTA 11 – ACCIONISTAS/SOCIOS

O valor que no Balanço consta do passivo corrente de (6 310 contos) refere-se aos dividendos do ano 2015 por distribuir.

## NOTA 12 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O saldo em 31 de Dezembro, decompunha-se como se mostra abaixo:

	mESC	
	2016	2015
Serviços de Admissão à Cotação na Bolsa	-	200
Serviços de Custodia Mensal de Títulos	68 159	66 683
Taxa de manutenção	13 350	17 431
Taxa de inscrição de Operador	1 250	1 250
Operações de Bolsa	<u>5 667</u>	<u>2 827</u>
	88 426	88 391
Formações e alugueres	<u>2 138</u>	<u>604</u>
	<u><b>90 564</b></u>	<u><b>88 996</b></u>

Do total de vendas e prestações de serviços, 90.564 contos correspondem a prestações de serviços.

Trata-se de inputs inerentes a atividade principal da empresa (operações financeiras na Bolsa de Valores de Cabo Verde e operações correlacionadas).

## NOTA 13 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” a 31 de Dezembro, decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2016	2015
Água	117	130
Electricidade	1 362	1 942
Combustíveis	277	330
Conservação e reparação	1 879	1 627
Ferramentas e utensílios	19	13
Material de publicidade e propaganda	4 881	7 980
Material escritório	131	111
Limpeza, higiene e conforto	112	102
Rendas e alugueres	-	-
Comunicação	865	879
Seguros	124	113
Vigilância e segurança	988	992
Serviço de informáticos	7 873	7 194
Deslocação e estada	1 149	2 637
Honorários	2 542	1 144
Serviços bancários	122	154
Trabalho especializado	3 520	803
Fornecimentos e serviços diversos	883	504
Outros, de valor individual inferior a mESC 1 00	<u>450</u>	<u>268</u>
	<u><b>27 294</b></u>	<u><b>26 923</b></u>



O total do FSE é no valor de 27.294 contos, onde se verificou um aumento de 0.04% (958 contos) em relação ao ano transato. As rubricas onde se verificam oscilações mais sensíveis foram:

- i) Na rubrica de Trabalho especializado houve um aumento de cerca de 338% devido ao facto que durante o ano de 2015 não solicitamos intervenções especializadas.
- ii) Um aumento considerável de Honorários, devido aos serviços de consultoria para implementação do Sistema de Gestão da Qualidade realização de cursos de curta duração.
- iii) Na rubrica de Material de publicidade e propaganda houve uma diminuição de cerca de 39% (3.099) em relação ao ano transato devido a pouca adesão a operações bolsistas.

#### NOTA 14 – GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	9 159	10 455
Ordenados e salários	8 023	8 912
Encargos sobre remunerações	2 565	2 537
Outros gastos com o pessoal	5 937	2 533
	<b>25 684</b>	<b>24 437</b>
Nº médio de trabalhadores	<b>13</b>	<b>13</b>

	mESC	
	2016	2015
Encargo sobre férias	2 553	1 247
Premios e incentivos	893	882
Seguros de acidente de trabalho	22	24
Subsídio de Natal	1 277	-
Formação	1 116	288
Outras	76	92
	<b>5 937</b>	<b>2 533</b>

#### NOTA 15 – OUTROS GASTOS E PERDAS

O saldo da rubrica Outros Gastos e Perdas de 8.355 contos decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2016	2015
Donativos mecenatos	59	538
Quotizações	518	757
Impostos directos e indirectos	169	311
Outros	7 609	1 436
	<b>8 355</b>	<b>3 042</b>

## NOTA 16 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Com a publicação do Decreto-Lei número 82/VIII/2015 de 07 de Janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas (CIRPC), segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos gastos e rendimentos que nos termos do referido Decreto-Lei não devam ser considerados para efeitos fiscais. A taxa do imposto foi fixada em 25% pelo Orçamento Geral do Estado. De acordo com o novo CIRPC (Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2012 à 2014, o período de reporte é de três anos e são deduzidos até 100% do lucro tributável. Para os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciaram em ou após 01.01.2015 o período de reporte é de sete anos. As declarações de impostos ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de cinco anos, contado à partir do exercício a que respeitam.

## NOTA 17 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O REGIME DE ACRÉSCIMO

	mESC	
	2016	2015
<b>Acrescimos de gastos</b>		
Acrescimos por férias (ver Nota 09)	2 689	1 386
Credores por pagamentos diferidos (ver Nota 09)	377	297
	<b>3 066</b>	<b>1 683</b>
<b>Diferimentos de gastos</b>		
Seguros e outros (ver Nota 17)	<b>708</b>	<b>228</b>
<b>Diferimentos de gastos</b>		
Subsídio para investimentos (ver Nota 17)	<b>10 358</b>	<b>20 714</b>

## NOTA 18 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS

A data de 31 de Dezembro de 2016, Bolsa de Valores de Cabo Verde não tinha passivos contingentes nem compromissos não reconhecidos.

## NOTA 19 – REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS TANGÍVEIS E PASSIVO POR IMPOSTO DIFERIDO SOBRE REVALORIZAÇÃO

Não foram efetuadas revalorizações de ativos fixos tangíveis.

## NOTA 20 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de Março de 2017. No período que decorreu entre 31/12/2016 e 04/03/2017 não foram detetadas situações que impliquem o reconhecimento de alterações às demonstrações financeiras reportadas a 31/12/2016.

**NOTA 21 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

A data de 31 de Dezembro não havia divulgações exigidas por diplomas legais a que a Empresa estivesse sujeita.

**NOTA 22 – OUTRAS INFORMAÇÕES CUJAS DIVULGAÇÕES SEJAM CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS**

Consideramos que as informações que constam das demonstrações financeiras são as relevantes para a compreensão da posição financeira em 31 de Dezembro de 2016 e do desempenho no exercício de 2016.

O Contabilista Certificado  
/Exaconta, Lda/

---

O Conselho de Administração

---

---